

ELEKTRO REDES S.A.
(atual denominação social da ELEKTRO
ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.)

6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 6ª Emissão de Debêntures da ELEKTRO REDES S.A. (atual denominação social da ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28 de 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ELEKTRO REDES S.A.
- CNPJ/MF: 02.328.280/0001-97
- Diretor de Relações com Investidores: Sra. Simone Aparecida Borsato
- Atividades: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

Características da Emissão

- Emissão: 6ª
- Séries: 1ª; 2ª; 3ª.
- Data de Emissão (de todas as séries): 12/09/2012
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 12/09/2017; (ii) 2ª Série: 12/09/2019; e (iii) 3ª Série: 12/09/2022
- Banco Escriturador/ Mandatário: Banco Citibank S.A.

- Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: ELEK16/ BREKTRDBS0B9;
 - (ii) 2ª Série: ELEK26/ BREKTRDBSOC7;
 - (iii) 3ª Série: ELEK36/ BREKTRDBS0D5.
 - Coordenador Líder: BB – Banco de Investimento S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão integralmente utilizados para o alongamento do perfil da dívida da Emissora e, para liquidação antecipada das debêntures da quarta emissão da Emissora.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
 2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 31/08/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a deliberação de mudança na denominação social da Companhia, que passará de “Elektro Eletricidade e Serviços S.A.” para “Elektro Redes S.A.”.
 3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;

- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira*

- ➔ Liquidez Geral: manteve-se em 1,03 de 2015 para 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,29 em 2015 para 1,15 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,29 em 2015 para 1,15 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,76 em 2015 para 0,71 em 2016.

- Estrutura de Capitais*

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 17,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 15,6% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 2,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 19,3% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 4,7% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

*O cálculo do Índice de Liquidez Geral e da Imobilização do Patrimônio Líquido não considera como Ativo Permanente o Ativo Indenizável apresentado no Balanço.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de todas as séries): R\$ 10.000,0000
 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª Série: não aplicável; e (ii) 2ª e 3ª Séries: IPCA/IBGE
 - REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 100% do DI + 0,74% a.a.; (ii) 2ª Série: 5,10% a.a.; e (iii) 3ª Série: 5,50% a.a.
 - PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Amortização:

14/09/2016 – R\$ 5.000,000000

Juros:

14/03/2016 – R\$ 710,978369

12/09/2016 – R\$ 716,678504

Evento Genérico:

13/09/2016 – R\$ 6,059809

→ 2ª Série:

Juros:

12/09/2016 – R\$ 681,983444

Evento Genérico:

26/09/2016 – R\$ 0,273668

→ 3ª Série:

Juros:

12/09/2016 – R\$ 735,747976

• **POSIÇÃO DO ATIVO:**

ELEK16 - 1ª Série:

Quantidade em circulação: 22.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 22.000

ELEK26 - 2ª Série:

Quantidade em circulação: 10.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 10.000

ELEK36 - 3ª Série:

Quantidade em circulação: 33.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 33.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;

- Amortização: conforme item 4 acima;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros descritos no item 6.24, alínea "XIX" da Escritura de Emissão.

	dez/16	
Endividamento Financeiro Líquido	1.637,019	2,12
EBITDA (pro-forma)	770.603	
EBITDA (pro-forma)	770.603	7,47
Despesas Financeiras Líquidas	103.106	

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**
- Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão*: R\$ 43.500.000,00;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Quantidade de debêntures emitidas*: 43.500;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
 - Espécie: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 27/06/2028;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança prestada pela Neoenergia S.A. e pela Elektro Holding S.A., sendo que cada Fiadora é responsável pela proporção de 50% do Valor Garantido, sem que haja solidariedade passiva entre as Fiadoras, conforme previsto na Escritura de Emissão;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)



A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
**Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)**

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante		2.512.019	3.033.999	2.044.225
Caixa e equivalentes de caixa	6	899.313	785.146	578.648
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	958.439	1.138.256	740.544
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	226.768	625.146	503.016
Tributos a compensar	9	31.842	39.247	15.364
Imposto de renda e contribuição social a compensar		55.803	42.010	25.215
Instrumentos financeiros derivativos	14	19.017	134.494	-
Subsídios Tarifários	11	268.978	232.535	125.113
Outros créditos		51.859	37.165	56.325
Não circulante		4.164.114	4.368.364	3.890.547
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	43.717	15.862	28.024
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	165.915	323.059	284.019
Tributos a compensar	9	83.541	84.060	80.770
Instrumentos financeiros derivativos	14	143.996	373.808	132.780
Depósitos judiciais	10	127.360	111.260	102.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.2	601.560	707.771	764.915
Outros créditos		42.665	48.631	52.630
Ativo indenizável (concessão)	12.1	1.074.026	907.123	700.242
Ativo intangível	12.2	1.871.738	1.783.296	1.727.147
Imobilizado		9.596	13.494	17.939
Total do ativo		6.676.133	7.402.363	5.934.772

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante		2.183.529	2.347.901	1.052.387
Fornecedores e supridores de energia elétrica	13	418.415	586.330	488.071
Empréstimos e financiamentos	14	435.267	422.288	65.459
Debêntures	15	213.980	259.061	65.294
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	332.273	271.483	171.745
Tributos a recolher	16	159.667	222.941	124.072
Encargos do consumidor	11	333.922	335.364	7.307
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	117.879	98.279	3.365
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	18	66.375	60.813	54.330
Obrigações P&D e eficiência energética	19	47.438	40.085	26.352
Outros passivos		58.313	51.257	46.392
Não circulante		2.494.310	3.092.017	2.662.126
Empréstimos e financiamentos	14	1.413.912	1.738.171	1.225.376
Debêntures	15	669.807	817.478	972.502
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	234.979	263.822	215.571
Obrigações P&D e eficiência energética	19	19.763	17.382	15.346
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21	146.267	239.719	219.088
Outros passivos		9.582	15.445	14.243
Patrimônio líquido		1.998.294	1.962.445	2.220.259
Capital social	22.1	952.492	952.492	952.492
Reservas de capital	22.2	765.882	765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422	171.422
Dividendos adicionais propostos		108.498	72.649	330.463
Total do passivo e patrimônio líquido		6.676.133	7.402.363	5.934.772

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Anexo 2

**Demonstração de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receitas operacionais líquidas	23	4.754.980	5.613.762
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(3.606.490)	(4.335.359)
Energia comprada para revenda	24	(3.021.765)	(3.757.113)
Custos operacionais	25	(412.334)	(416.041)
Depreciação		(3.898)	(4.105)
Amortização de ativo intangível	12.2	(168.493)	(158.100)
Custo de construção	23	(410.253)	(368.371)
Lucro operacional bruto		738.237	910.032
Despesas operacionais		(140.025)	(240.800)
Despesas com vendas	25	(22.933)	(22.206)
Despesas gerais e administrativas	25	(83.563)	(78.993)
Outras despesas operacionais líquidas	25	(33.529)	(139.601)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		598.212	669.232
Resultado financeiro		(120.443)	(150.107)
Receitas financeiras	26	226.697	210.200
Despesas financeiras	26	(347.140)	(360.307)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		477.769	519.125
Imposto de renda e contribuição social correntes	27.1	(19.807)	(91.628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.1	(106.274)	(56.318)
Lucro líquido do exercício		351.688	371.179
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		1,89685	2,00197
Ordinária		1,72441	1,81998

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Elektro Redes S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Redes S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Valor recuperável ("*Impairment*") dos ativos não financeiros (Consulte a nota explicativa 12 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui um montante de R\$ 1.871.738 mil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 relativo ao ativo intangível da concessão cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, e as premissas como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, a inflação de custos, utilizados na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Adicionalmente avaliamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência das premissas e das metodologias utilizadas (comparando-as, quando aplicável, com dados obtidos de fontes externas), como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia, continuidade das operações, gastos para reparação dos equipamentos, a inflação de custos e as taxas de desconto. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente as relativas à análise de sensibilidade que demonstram o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Companhia.

b) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos

(Consulte a nota explicativa 27 às demonstrações financeiras)

As demonstrações financeiras incluem um montante de R\$ 601.560 mil em 31 de dezembro de 2016 relativo a créditos tributários sobre diferenças temporárias e benefícios fiscais de ágio por incorporação, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para a avaliação do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros ou outras evidências suficientes para propiciar a recuperação pela Companhia do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Adicionalmente analisamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas à projeção das margens de lucro tributável futuro. Isso incluiu, quando disponível, a comparação dessas premissas com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia, continuidade das operações, gastos para reparação dos equipamentos, a inflação de custos e as taxas de desconto. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis.

c) Risco no reconhecimento dos valores a receber e a devolver de Parcela A devido a sobrecontratação

(Consulte as notas explicativas 5 e 8 às demonstrações financeiras)

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, um dos principais assuntos em discussão no mercado entre as distribuidoras de energia elétrica, associações de classe e o agente regulador, foi a sobrecontratação voluntária ou involuntária dos contratos de compra de energia.

Conforme determinado pelo agente regulador, toda energia excedente contratada que estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, terá repasse integral às tarifas de energia, sendo registrado na conta de valores a receber e a devolver de Parcela A.

A queda no consumo em 2016 face a demanda prevista originalmente, fez com que a Companhia focasse seus esforços em controlar e analisar todo excedente do limite de 5%, buscando adequá-lo utilizando mecanismos adicionais propostos pelo agente regulador para atender essa exposição causada pelo mercado.

Devido à complexidade de aplicação do conceito de exposição voluntária ou involuntária, consideramos esse assunto como significativo na nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados com o processo de acompanhamento pela Companhia para avaliar as exposições de sobrecontratação de energia e enquadramento entre voluntária e involuntária. Comparamos as informações relacionadas a sobrecontratação com os contratos vigentes, analisando o volume de energia consumida em relação ao projetado, as diretrizes regulatórias para verificação da adequação dos mecanismos oferecidos pelo regulador, e o julgamento de enquadramento feito pela Companhia na avaliação da sobrecontratação voluntária ou involuntária. Verificamos que parte do excedente de energia foi alocado dentro do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), realocação de degrau de cotas de energia e clientes cativos especiais que migraram para o mercado livre, assim como avaliamos a razoabilidade dessas premissas. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis.

d) Valorização dos instrumentos financeiros derivativos
(Consulte a nota explicativa 30 das demonstrações financeiras)

A Companhia capta empréstimos, cujas condições a expõem a riscos relacionados a oscilações de moeda estrangeira. De forma a mitigar tal exposição, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, *swaps* de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (*hedge* de valor justo) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são valorizados utilizando técnicas de valorização que geralmente envolvem o exercício de julgamento, uso de premissas e estimativas. Devido a relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e mensuração dos instrumentos financeiros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, testes de controles internos sobre o processo de identificação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Obtivemos a lista das instituições financeiras com as quais a Companhia detém contratos de instrumentos financeiros e obtivemos cartas de confirmação sobre os saldos em aberto. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pela Companhia para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Efetuamos avaliação quanto à adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação as análises de sensibilidade, risco de câmbio e a classificação dos instrumentos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação

suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 17 de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0